

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EMT"), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia S.A. ("REDE") - em "Recuperação Judicial", que por sua vez é integrante do GRUPO ENERGISA, que atua na área de distribuição de energia elétrica além da geração própria de energia por meio de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.378 km², atendendo 1.328.106 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes) em 141 municípios. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de Outubro de 1994.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativo e passivo financeiro setorial, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 10, 14, 16, 26 e 35, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 6 - Consumidores e concessionárias;
- Nota nº 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 13 - Créditos tributários;
- Nota nº 22 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 27 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;
- Nota nº 33 - Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
- IAS 16 - Ativo imobilizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
- IFRS 16 - Leases (3)
- Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
- Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
- Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
- Modificações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações (2)
- Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
- Modificações às IAS 40 - Transferências de propriedade para investimentos (2)
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela Companhia.

3.2. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

- Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia

foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 32.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, ativo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 32 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

"Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge accounting" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.

- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 10.
- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia originalmente registrou desde o exercício de 2012 como receita financeira o valor correspondente à diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisou sua prática contábil passando a classificar a remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de prática está suportada basicamente no: (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo de negócio está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão.

- j. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- k. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de

mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- I. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32.

- n. **Imposto de renda e contribuição social** - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 13).
- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Para calcular o

valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes;

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3 Reapresentação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue:

Demonstração do Resultado	Nota	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receita Operacional Líquida	26	3.483.404	81.018	3.564.422
Ativo financeiro indenizável da Concessão		-	81.018	81.018
Receitas financeiras		232.100	(81.018)	151.082
Ativo financeiro indenizável da Concessão		81.018	(81.018)	-
Despesa financeira		(355.297)	-	(355.297)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(123.197)	(81.018)	(204.215)

Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Divulgado 2015	Reclassificado	Reapresentado 2015
Receitas				
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	5.240.620	81.018	5.321.638
Ativo financeiro indenizável da Concessão		-	81.018	81.018
Valor adicionado bruto		2.747.447	81.018	2.828.465
Valor adicionado líquido		2.628.846	81.018	2.709.864
Receitas financeiras		257.459	(81.018)	176.441

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, seja reclassificado para o grupo de receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 é como segue:

- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital);
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
- (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é uma reclassificação de R\$81.018 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	4.005	47.913
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	169.490	144.841
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	146.037	20.866
Compromissada ⁽¹⁾	23.453	123.975
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽²⁾	173.495	192.754

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 101,10% do CDI (104,31% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas a 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio de resultado)

Descrição	2016	2015
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	370.002	139.054
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	7.143	1.427
Compromissadas ⁽¹⁾	-	62
Fundo de Investimento ⁽²⁾	42.596	59.030
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	262.427	54.329
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	14.281	7.549
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.662	-
Compromissadas	3.327	1.686
Fundo de Renda Fixa	69.022	16.967
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial - DPGE	-	2.365
Debêntures	52.392	13.858
Títulos Públicos	3.173	11.904
Letra Financeira (LFT)	21.038	-
Fundo de Crédito	10.040	-
Letra Financeira (LF)	85.660	-
Nota Promissória	832	-
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽⁴⁾	57.836	24.206
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁵⁾	370.002	139.054
Circulante	312.166	114.848
Não circulante	57.836	24.206

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) Fundo de Investimento - É classificado como renda fixa e é remunerado a 101,75% até 101,83% do CDI.

(3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF e NTN-B são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI.

(4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(5) Inclui R\$71.598 (R\$84.725 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2016 equivale a 109,51 % do CDI (104,31% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

6. Consumidores e concessionárias

O saldo de consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 32.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2016	2015
Valores correntes: (1)									
Residencial	56.311	-	86.215	6.519	1.547	507	(8.573)	142.526	151.275
Industrial	30.010	-	12.855	928	2.317	14.181	(14.181)	46.110	60.552
Comercial	49.864	-	26.734	3.273	4.618	7.216	(11.834)	79.871	88.738
Rural	26.425	-	12.116	1.552	215	454	(454)	40.308	44.363
Poder público	18.619	-	7.046	1.666	1.779	6.335	(6.335)	29.110	29.177
Iluminação pública	636	-	1.628	109	155	1.050	(1.050)	2.528	3.936
Serviço público	8.909	-	8.936	3.434	4.647	82.443	(82.443)	25.926	26.025
Fornecimento não faturado	127.115	-	-	-	-	-	-	127.115	139.735
Arrecadação Processo Classificação	21.515	-	-	-	-	-	-	21.515	(201)
Valores renegociados:									
Residencial	4.020	17.818	2.770	1.478	2.672	14.518	(21.112)	22.164	15.693
Industrial	1.018	1.501	1.480	423	783	2.487	(4.686)	3.006	2.473
Comercial	2.037	5.802	1.164	583	1.105	4.176	(7.232)	7.635	4.757
Rural	1.028	1.248	488	170	347	852	(1.653)	2.480	4.243
Poder público (3)	2.165	91.378	1.016	641	1.040	12.314	(19.707)	88.847	12.749
Iluminação pública	71	2.463	-	-	-	5	(5)	2.534	3.508
Serviço público	1.138	5.908	39	8	15	20	(152)	6.976	2.769
(-) Ajuste valor Presente (2)	(257)	(48.669)	-	-	-	-	-	(48.926)	(5.972)
Subtotal	350.624	77.449	162.487	20.784	21.240	146.558	(179.417)	599.725	583.820
Suprimento Energia - Moeda Nacional (5)	25.346	-	-	-	-	-	-	25.346	-
Outros (6)	4.452	-	2.956	8.948	12.015	7.210	-	35.581	4.348
Redução do uso do sistema de distribuição (7)	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Total	392.623	77.449	165.443	29.732	33.255	153.768	(179.417)	672.853	600.369
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	573.391	561.588
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	99.462	38.781

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Inclui principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.

(2) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de 13,63% a.a. (14,14% em 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo demonstramos o fluxo de caixa e sua temporalidade:

Vencimentos	Ajuste a valor presente
2017	2.427
2018	6.386
2019	4.001
2020	3.846
2021 em diante	32.266
Total	48.926

- (3) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a Companhia assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que será recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A Companhia reverteu no trimestre toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$41.820, contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras.
- (4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias;
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões em 2016 e 2015:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014	282.934	272.647
Provisões (reversões) constituídas no exercício (*)	(71.048)	60.314
Perdas com contas de energia elétrica - incobráveis	(24.489)	(50.027)
Saldo final - 2016 e 2015	187.397	282.934
Alocação:		
Consumidores e concessionárias (*)	179.417	247.410
Títulos de créditos a receber (nota explicativa nº 7)	1.625	35.524
Outros créditos (uso mútuo de poste)	6.355	-

(*) As reversões de provisões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), dos títulos precatórios, que segue:

- (i) A Companhia reverteu toda provisão anteriormente constituída de R\$86.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).
- (ii) A Companhia assinou em 17 de junho de 2016 a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a EMT e o Município de Cuiabá/MT. A Companhia possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.
- (iii) Renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária, tendo sido recebido totalmente em 2016.
- (5) O saldo da conta de suprimento - moeda nacional em 31 de dezembro de 2016, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$25.346, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$32.025 (R\$40.170 em 2015), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$4.698 (R\$43.979 em 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2016	2015
Créditos a vencer	25.346	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	-	-
Créditos vencidos	-	-
Sub-total créditos CCEE	25.346	-
(-) Aquisições de energia na CCEE	(32.025)	(40.170)
(-) Encargos de serviços do sistema	(4.698)	(43.979)
Total créditos CCEE	(11.377)	(84.149)

- (6) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$31.127 referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de ICM em tributos e contribuições sociais no passivo circulante.
- (7) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para a Energisa Mato Grosso valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2015), que se encontra suspenso por liminares, a Companhia possui o mesmo valor registrado em contrapartida no passivo não circulante (nota explicativa nº 24).

7. Títulos de créditos a receber

	2016	2015
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	25.320	50.258
Outros títulos a receber (2)	1.625	1.625
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(1.625)	(35.524)
(-) AVP - Precatório P M de Cuiabá (1)	(1.977)	-
Total	23.343	16.359
Circulante	5.278	-
Não circulante	18.065	16.359

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante.

- (1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT.

Em 17 de junho de 2016 foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a Companhia e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que será recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A primeira parcela com vencimento em 10 de agosto de 2016 foi recebida e as demais com vencimento todo dia 25 de cada mês a partir do próprio mês de agosto. Foram recebidas 06 parcelas em 2016, totalizando R\$3.000.

A Companhia possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi constituído Ajuste a valor presente no valor de R\$1.977 utilizando-se a taxa média anual do CDI de 13,63% ao ano, registrados em outras despesas financeiras.

- (2) Refere-se aquisição de crédito de carbono.

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	2016 (*)
Títulos vencidos	-
2017	5.278
2018	6.747
2019	4.954
Após 2019	7.989
Total	24.968

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

8. Tributos a recuperar

	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	30.277	43.657
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (b)	49.454	25.144
Imposto de Renda Retido na Fonte	9.836	9.460
Contribuição social sobre o lucro - CSSL (b)	15.112	6.483
Contribuições ao PIS e a COFINS (c)	25.757	28.994
Outros	2.604	456
Total	133.040	114.194
Circulante	95.021	67.919
Não circulante	38.019	46.275

- (a) Corresponde basicamente aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores além de R\$19.924 de carta de créditos adquirido junto ao Estado de Mato Grosso pela EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Em 31 de dezembro de 2016 foi constituído provisão para provável perda de créditos, em igual valor (nota explicativa nº 28).
- (b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2016 e em exercícios anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base nos resultados apurados nos respectivos exercícios.
- (c) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional, aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica da Companhia.

9. Reajuste tarifário, revisão tarifária extraordinária e revisão tarifária periódica.

9.1. Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória n.º 2.055, de 05 de abril de 2016, aprovou o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 08 de abril de 2016, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de um acréscimo de 8,60%.

9.2. Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para os consumidores da Companhia foi de 26,8%.

O Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

9.3. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

O resultado da terceira revisão tarifária da Companhia foi aprovado pela ANEEL através da resolução nº 1.506, de 05 de abril de 2013 com reajuste médio percebido pelos consumidores de 0,95%, aplicados desde 08 de abril de 2013.

9.4. Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse

mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a bandeira tarifária amarela esteve vigente.

9.5. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação:

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos a Companhia, distribuidora de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a companhia envidou e vem envidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a Companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, a companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADEE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia, distribuidora de energia elétrica.

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da companhia, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentido que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Restam apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram apuradas diferenças de sobrecontratação.

10. Ativo e passivo financeiro setorial

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no exercício entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativo e passivo financeiro setorial tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativo Financeiro Setorial	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	140.756	45.364	(147.633)	9.410	2.282	50.179	50.179	-	50.179	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.429	5.687	(5.422)	251	-	1.945	1.459	486	1.814	131
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	21.667	13.401	(19.079)	717	-	16.706	3.587	13.119	13.171	3.535
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	2.091	1.226	(1.786)	52	-	1.583	607	976	1.320	263
Encargo de serviços de sistema ESS	16.661	-	(23.973)	-	16.154	8.842	8.842	-	8.842	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	66.827	13.199	(77.800)	6.555	19.316	28.097	28.097	-	28.097	-
Conta Consumo de Combustível - CCC	979	-	(979)	-	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iii)	2.211	25.462	(18)	664	(3.124)	25.195	-	25.195	18.406	6.789
Sobrecontratação de energia (ii)	-	17.294	-	1.226	14.414	32.934	-	32.934	24.060	8.874
CUSD	-	(66)	(9)	83	-	8	4	4	7	1
Exposição de submercados	1.071	-	(1.071)	-	-	-	-	-	-	-
Garantias (v)	-	50	(92)	4	237	199	79	120	167	32
Outros itens financeiros	5.886	(3.084)	-	-	10.594	13.396	-	13.396	-	13.396
Total Ativo	259.578	118.533	(277.862)	18.962	59.873	179.084	92.854	86.230	146.063	33.021
Passivo Financeiro Setorial	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	37.402	-	8.018	2.282	47.702	-	47.702	34.849	12.853
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	-	83.522	(20.739)	3.532	16.154	82.469	-	82.469	60.248	22.221
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	25.825	-	2.891	19.316	48.032	-	48.032	35.090	12.942
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	5.234	(1.962)	423	(3.125)	570	571	(1)	570	-
Sobrecontratação de energia (ii)	105.454	(5.322)	(86.792)	1.965	14.415	29.720	29.720	-	29.720	-
CUSD	26	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-
Exposição de submercados	-	19.042	(865)	1.824	-	20.001	319	19.682	14.698	5.303
Saldo a Compensar (vi)	-	-	(4.309)	-	8.008	3.699	3.699	-	3.699	-
Outros itens financeiros (vii)	4.085	71.890	(65.999)	7.895	2.823	20.694	20.694	-	20.694	-
Total Passivo	109.565	237.593	(180.692)	26.548	59.873	252.887	55.003	197.884	199.568	53.319
Saldo líquido	150.013	(119.060)	(97.170)	(7.586)	-	(73.803)	37.851	(111.654)	(53.505)	(20.298)

- (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA): A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

- (ii) **Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia:** As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (iii) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;
- (iv) **Neutralidade:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (v) **Garantias Financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (vi) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (vii) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

11. Outros créditos

	2016	2015
Subvenção Baixa Renda (1)	6.939	9.246
Subvenção CDE - Desconto Tarifário (2)	48.629	108.938
Banco Daycoval (3)	102.985	102.985
(-) Provisão para perdas (3)	(102.985)	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA - em "Recuperação Judicial" (4)	21.547	21.547
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA (4)	(5.300)	(6.910)
Aquisição de combustível para conta CCC	42.537	26.826
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	49.774	31.351
Ordens de serviço em curso - Outros/ Ordem de desativação	4.695	5.869
Sub-rogação CCC (5)	24.617	39.677
Adiantamentos a fornecedores	6.153	6.464
Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos (6)	12.591	10.095
Bloqueio Judicial (7)	10.355	284
Outros	9.664	7.276
Total	232.201	260.663
Circulante	193.932	220.799
Não circulante	38.269	39.864

- (1) **Subvenção à Baixa Renda:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. A administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2016	2015
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014	9.246	6.543
Subvenção Baixa Renda	35.972	32.674
Ressarcimento pela Eletrobrás	(38.279)	(29.971)
Saldo final - circulante - 2016 e 2015 (1)	6.939	9.246

- (2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário:** Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo corresponde à subvenção incorrida nos meses de novembro e dezembro de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensando no primeiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2016	2015
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014	108.938	90.092
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	217.365	199.279
Ressarcimento pela Eletrobrás	(277.674)	(185.430)
Atualização financeira	-	4.997
Saldo final - circulante - 2016 e 2015 (2)	48.629	108.938
Total Subvenções Eletrobrás (1) + (2)	55.568	118.184

- (3) Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial", em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas desta acionista por antecipação, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor, que, atualmente, tramita perante o Juízo da Segunda Vara Especializada em Direito Bancário de Cuiabá (Proc. 24768-64.2012.811.0041 - Numeração antiga 1.461/2012 - Código 771688). A ação foi julgada improcedente em 13 de dezembro de 2013, contra o que a Companhia apresentou recurso de apelação, em 04 de fevereiro de 2014. Os autos foram distribuídos ao Desembargador Relator, com o qual se encontram desde 04 de junho de 2014. A Companhia, por meio de seus assessores jurídicos, está acompanhando o andamento do processo.
- (4) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$68.813 que a Companhia tem direito, cerca de 69% (R\$47.266) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$5.300 (R\$ 6.910 em 2015).
- (5) Sub-rogação CCC - em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014, R\$3.234 em 2015 e R\$8.584 até 31 de dezembro de 2016, acrescido de atualização pelo IGPM de R\$3.263 totalizando R\$47.122.
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015 e R\$3.311 em 2016, totalizando R\$7.637. O saldo remanescente é de R\$24.617.

A Companhia tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2016	2015
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	47.122	3.263	-	11.749
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	7.637	-	24.617	27.928
Total		97.301	76.113	54.759	3.263	24.617	39.677
Circulante (Principal)						2.204	13.158
Circulante (Variação IGP-M)						-	1.292
Total do Circulante						2.204	14.450
Não Circulante (Principal)						22.413	23.254
Não Circulante (Variação IGP-M)						-	1.873
Total do Não circulante						22.413	25.227

(6) Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos - Inclui R\$6.355 de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(7) Bloqueio Judicial - Inclui R\$9.369 de valores em conta corrente da Companhia. A Administração está realizando apresentação da documentação necessária a sua liberação.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A (57,67% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S.A (Multi Energisa), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER) que também possui 35,92% de participação no capital social.

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (56,89%) que por sua vez é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge) (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (99,97%). A Energisa S/A possui 29,49% e Denerge 9,82% da Rede Energia.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo)	Rendimentos de títulos* (Receita financeira)	Serviços contratados (Despesa)
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A. (1)	1.458	-	-
Energisa S/A	-	48.580	2.517
Energisa Soluções S.A. (2)	-	-	4.564
Multi Energisa Serviços S/A (3)	-	-	19.225
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (5)	-	-	502
Energisa Soluções Construções em Linhas e Redes S.A. (2)	-	-	30.326
31/12/2016	1.458	48.580	57.134
31/12/2015	307	-	23.208

Relacionamento		2016	2015
SALDOS ATIVOS			
Circulante			
Consumidores e concessionárias:			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A. (1).	Grupo Econômico	-	39
SALDOS PASSIVOS			
Fornecedores serviços:			
Multi Energisa Serviços S/A		557	5.002
Energisa Soluções S/A		751	2.995
Energisa Soluções Construções e Serv. Em Linhas e Redes S/A		4.109	2.634
Empréstimos e financiamentos:			
Eletrobrás (4)	Acionista não controlador	255.209	304.582
Total		260.626	315.174

* O valor de R\$48.580 refere-se a rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da EMT.

(1) Energisa Mato Grosso do Sul S.A. - Contratos de compra e venda de energia elétrica

Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(2) Energisa Soluções S.A e Energisa Soluções e Construções S/A. - Serviços de Manutenção

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(3) Multi Energisa S.A. - Serviços Administrativos

Os contratos referem-se a serviços de CALL CENTER e Suporte a TI firmados junto à Multi Energisa Controladora Energisa S/A e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(4) Eletrobrás - Contratos de empréstimos e financiamentos

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos firmado com acionista não controlador (Eletrobrás) referente basicamente à repasses do Programa Luz para Todos. O detalhamento das taxas de juros e garantias, vide nota explicativa nº 18.

(5) Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A.

Serviços Aéreos de Prospecção usados nas linhas de alta tensão, subestações e nas redes de distribuição.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal foi de R\$427 (R\$676 em 2015) e da Diretoria foi de R\$4.469 (R\$3.519 em 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios da previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$418 (R\$111 em 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$682 (R\$499 em 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R\$55 e R\$2, (R\$44 e R\$2 em 2015), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2016 foi de R\$16 (R\$9 em 2015).

Na AGE de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$7.448 (R\$6.928 para o exercício de 2015).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2016	2015
Ativo		
Prejuízo fiscal	-	26.230
Base negativa de contribuição social s/ o lucro	11.059	24.809
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	195.506	193.713
Contribuição social sobre o lucro líquido	70.383	54.371
Total	276.948	299.123
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	96.364	127.090
Contribuição social	34.691	45.752
Total	131.055	172.842
Total líquido - ativo não circulante	145.893	126.281

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	104.920	26.230
Base negativa da contribuição social sobre o lucro	122.880	11.059	275.666	24.809
Provisão para créditos (PCLD e Daycoval)	290.382	98.730	385.919	131.212
Outras provisões (honorários e outras)	175.548	59.686	126.255	42.927
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	128.006	43.522	162.152	55.132
Ajustes a valor presente - Novadas	48.926	16.635	5.972	2.030
Outras adições temporárias	65.664	22.324	49.361	16.783
Ativo financeiro setorial líquido	73.803	25.093	(150.013)	(51.004)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(202.506)	(68.852)	(154.830)	(52.642)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(183.247)	(62.304)	(203.519)	(69.196)
Total - ativo não circulante	519.456	145.893	601.883	126.281

A seguir, as realizações dos créditos fiscais ativos:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2017	8.722
2018	14.951
2019	17.019
2020	23.350
2021	25.682
2021 a 2025	187.224
Total	276.948

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2016	2015
Lucro antes dos impostos	115.291	69.679
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	(39.199)	(23.691)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.071)	(375)
Créditos sobre incentivos fiscais (PAT/doações dedutíveis) (*)	44.783	-
Outras exclusões permanentes (**)	1.405	-
Outras exclusões	(1.020)	(367)
Imposto de renda e contribuição social	4.898	(24.433)
Alíquota efetiva	(4,25%)	35,06%

(*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDAM - auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$44.783, registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07.

(**) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2014 obteve aprovação do Ministério da Integração Nacional do seu pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023 e o deferimento de seu pedido junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA, de 02 de fevereiro de 2015 e Laudo Constitutivo SUDAM nº 114/2014, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Uso de estimativa: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com a legislação fiscal.

14. Contas a receber da concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET), da Base de Remuneração Regulatória (BRR, onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por mudança de prática contábil, a Companhia passou a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão VNR em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão em R\$47.676 (R\$81.018 em 2015).

No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo do valor justo pelo novo índice de atualização (IPCA).

Esse direito está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2016	2015
Ativo financeiro custo corrigido -2015 e 2014	1.074.263	878.868
Adições no exercício (*)	209.729	118.222
Baixas no exercício	(4.028)	(3.845)
Subtotal - Ativo financeiro custo corrigido	1.279.964	993.245
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (**)	47.676	81.018
Ativo financeiro valor justo - 2016 e 2015	1.327.640	1.074.263

(*) Transferência do intangível para o grupo de contas a receber da concessão;

(**) Os ativos são remunerados pela aplicação da variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

15. Investimentos

A Companhia mantém ativos não inclusos na base de remuneração tarifária, destinados à locação conforme abaixo:

	2016	2015
Terrenos	1.384	1.384
Edificações, obras civis e benfeitorias.	4.285	4.285
Outros investimentos	712	712
Depreciação acumulada	(149)	(149)
	6.232	6.232

16. Intangível e Imobilizado

	2016	2015
Imobilizado	15.644	10.349
Intangível - contrato de concessão	2.020.896	1.830.771
Total	2.036.540	1.841.120

Intangível - contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A movimentação dos bens da concessão é como segue:

	Saldo 2015	Adição (**)	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2016
Intangível em Serviço						
Custo	3.585.689	-	193.517	(16.378)	-	3.762.828
Amortização Acumulada	(1.597.269)	-	14.791	17.166	(192.466)	(1.757.778)
Subtotal	1.988.420	-	208.308	788	(192.466)	2.005.050
Em Curso	574.652	626.517	(220.434)	(263.592)	-	717.143
Total Intangível	2.563.072	626.517	(12.126)	(262.804)	(192.466)	2.722.193
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	915.787	10.007	10.653	-	-	936.447
Amortização Acumulada	(277.701)	-	-	-	(46.895)	(324.596)
Subtotal	638.086	10.007	10.653	-	(46.895)	611.851
Em Curso	94.215	59.747	(10.653)	(53.863)	-	89.446
Total das Obrigações vinculadas à concessão	732.301	69.754	-	(53.863)	(46.895)	701.297
Total Intangível	1.830.771	556.763	(12.126)	(208.941)	(145.571)	2.020.896
Imobilizado em Serviço						
Edificações e benfeitorias	325	-	(30)	-	-	295
Máquinas e equipamentos	1.706	-	23.124	-	-	24.830
Veículos	38.310	-	1	-	-	38.311
Móveis e utensílios	107	-	5.756	-	-	5.863
Total do imobilizado em serviço	40.448	-	28.851	-	-	69.299
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(142)	-	(78)	-	(17)	(237)
Máquinas e equipamentos	(182)	-	(11.660)	-	(2.526)	(14.368)
Veículos	(29.743)	-	-	-	(5.926)	(35.669)
Móveis e utensílios	(32)	-	(3.053)	-	(296)	(3.381)
Total Depreciação acumulada	(30.099)	-	(14.791)	-	(8.765)	(53.655)
Subtotal Imobilizado	10.349	-	14.060	-	(8.765)	15.644
Imobilizado em curso	-	1.934	(1.934)	-	-	-
Total do Imobilizado	10.349	1.934	12.126	-	(8.765)	15.644
Total Ativo Intangível e Imobilizado	1.841.120	558.697	-	(208.941)	(154.336)	2.036.540

(*) Das baixas no montante de R\$208.941, R\$ 209.729 foi transferido para contas a receber da concessão e R\$(788) refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(**) Inclui R\$9.773 de adição em serviço das obrigações especiais referente à Resolução nº4.463 de 17 de dezembro de 2013.

Intangível	Saldos 2014	Adição (**)	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2015
Intangível em Serviço						
Custo	3.416.833	-	208.816	(39.960)	-	3.585.689
Amortização Acumulada	(1.440.335)	-	-	22.405	(179.339)	(1.597.269)
Subtotal	1.976.498	-	208.816	(17.555)	(179.339)	1.988.420
Em Curso	428.633	492.166	(208.816)	(137.331)	-	574.652
Total	2.405.131	492.166	-	(154.886)	(179.339)	2.563.072
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	866.335	50.905	(1.453)	-	-	915.787
Amortização Acumulada	(227.417)	-	-	-	(50.284)	(277.701)
Subtotal	638.918	50.905	(1.453)	-	(50.284)	638.086
Em Curso	115.248	26.987	1.453	(49.473)	-	94.215
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	754.166	77.892	-	(49.473)	(50.284)	732.301
Total Intangível	1.650.965	414.274	-	(105.413)	(129.055)	1.830.771
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	325	-	-	-	-	325
Máquinas e equipamentos	9	-	1.697	-	-	1.706
Veículos	38.310	-	-	-	-	38.310
Móveis e utensílios	14	-	93	-	-	107
Total do imobilizado em serviço	38.658	-	1.790	-	-	40.448
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	-	(14)	(142)
Máquinas e equipamentos	(7)	-	-	-	(175)	(182)
Veículos	(24.728)	-	-	-	(5.015)	(29.743)
Móveis e utensílios	(15)	-	-	-	(17)	(32)
Total Depreciação acumulada	(24.878)	-	-	-	(5.221)	(30.099)
Subtotal Imobilizado	13.780	-	1.790	-	(5.221)	10.349
Imobilizado em curso	-	1.790	(1.790)	-	-	-
Total do Imobilizado	13.780	1.790	-	-	(5.221)	10.349
Total Geral	1.664.745	416.064	-	(105.413)	(134.276)	1.841.120

(*) Das baixas no montante de R\$105.413, R\$118.222 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados vinculados a obrigações especiais e R\$17.555 a baixas realizadas no exercício.

(**) Inclui R\$49.773 de adição em serviço das obrigações especiais referente à Resolução nº4.463 de 17 de dezembro de 2013.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução 691/2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada foi de 4,16% (4,05% 31 de dezembro de 2015).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2016	2015
Contribuições do consumidor (1)	834.368	857.287
Participação da União - recursos CDE (2)	449.706	433.182
Participação do Governo do Estado (2)	9.348	9.348
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	91.434	52.119
(-) Amortização acumulada	(324.596)	(277.701)
Total	1.060.260	1.074.235
Alocação:		
Contas a receber da concessão	358.963	341.934
Infraestrutura - Intangível em serviço	611.851	638.086
Infraestrutura - Intangível em curso	(1.988)	42.096
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	91.434	52.119
Total	1.060.260	1.074.235

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, fossem contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em 08 de abril de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações Vinculadas à Concessão.

Até 31 de dezembro de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$91.434 (R\$52.119 em 2015).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são revisadas anualmente, é como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2016	2015
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,21%	16,24%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

17. Fornecedores

	2016	2015
Suprimento:		
Contratos Bilaterais (1)	527.093	614.294
Uso da rede básica (1)	10.593	8.887
CCEE	32.025	40.170
Energia livre	7.860	7.860
Materiais e serviços e outros (2)	44.651	69.385
Total	622.222	740.596
Circulante	427.144	428.471
Não Circulante	195.078	312.125

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias, inclui o montante de R\$326.228 (R\$351.140 em 31 de dezembro de 2015), referente ao parcelamento dos débitos com Eletrobrás do repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo nas 24 primeiras amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o principal. A partir de 30 de setembro de 2016, a Companhia iniciou o pagamento da parcela do principal.

Movimentação ELB repasse Itaipú	2016	2015
Parcelamento	351.140	351.140
Juros	52.924	50.433
Amortização	(77.836)	(50.433)
Total	326.228	351.140
Circulante	131.150	39.015
Não Circulante	195.078	312.125

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	1.345.317	954.831
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	4.923	20.116
Encargos de dívidas - moeda nacional	9.415	3.795
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	21	29
(-) Custos a amortizar	(3.024)	-
(-) Marcação a mercado de dívidas	(1)	(299)
Total	1.356.651	978.472
Circulante	148.816	113.739
Não Circulante	1.207.835	864.733

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimen to	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) ⁽⁵⁾	Garan tias ⁽¹⁾
	2016	2015					
Energisa Mato Grosso							
FIDIC Grupo Energisa IV	354.119	354.197	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	9,01%	F
FIDIC I I Grupo Energisa	486.289	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	14,70%	F
CCB - JP Morgan	-	21.085	CDI + 2,00% a.a.	mai/17	Mensal	16,00%	F
CCB - Santander ⁽⁴⁾	26.953	32.335	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	16,28%	F + A
CCB - Bank of China	-	30.027	CDI + 2,5%	nov/16	Final	16,50%	A
FINAME - Safra	-	28	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr/16	Mensal	11,40% a 14,00%	-
Luz para Todos I - Eletrobrás	119.033	160.391	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	6,00% 8,00%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	136.176	144.191	SELIC	nov/19	Mensal	14,02%	-
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	63.982	62.855	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	59.004	57.964	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES - Bradesco ⁽³⁾	56.797	49.710	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES - Itaú ⁽³⁾	52.379	45.843	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	18,36%	A
(-)Custo de captação incorridos na contratação	(3.024)	-					
Total em Moeda Nacional	1.351.708	958.626					
Resolução 4131-Bank of America ML ^(1 e 4)	4.944	20.145	Libor + 1,50% a.a.	mai/17	Mensal	-14,37%	D
(-) Marcação à Mercado de Dívida ⁽²⁾	(1)	(299)					
Total em Moeda Estrangeira	4.943	19.846					
Total Energisa Mato Grosso	1.356.651	978.472					

*A = Aval Energisa S.A., C= Depósito e caução, D=Fiança, F=Recebíveis.

- (1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32).
- (2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 32).
- (3) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$325.030, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora final Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora final Energisa S.A.

Até 31 de dezembro de 2016 foram liberados R\$216.161, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
LIBOR	0,67%	0,29%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	2,01%	1,80%

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	141.123
2019	116.394
2020	62.612
2021	82.160
Após 2021	805.546
Total	1.207.835

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	978.472	801.069
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	515.600	315.761
Custos Apropriados	(3.613)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	145.635	83.493
Marcação a Mercado das Dívidas	298	(299)
Pagamento de principal	(153.131)	(147.734)
Pagamento de juros	(126.610)	(73.818)
Saldos finais - 2016 e 2015	1.356.651	978.472
Circulante	148.816	113.739
Não circulante	1.207.835	864.733

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
Banco Itaú BBA - BNDES	615	615	1.794	3.024
Total	615	615	1.794	3.024

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debentures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	2016	2015
Debentures - moeda nacional	303.475	458.933
(-) custos de captação incorridos na captação ⁽¹⁾	(1.785)	(2.693)
Total	301.690	456.240
Circulante	69.996	60.630
Não Circulante	231.694	395.610

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização	Taxa efetiva de juros
	2016	2015						
5ª Emissão	301.690	456.240	15/05/2014	34.140 / 35.000	CDI + 2,28%a.a	Mai/21	Mensal após jun 2016	16,28%
Total	301.690	456.240						

(1) Inclui R\$1.785 (R\$2.693 em 2015) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essa garantia é estruturada a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	67.813
2019	67.813
2020	67.813
Após 2020	28.255
Total	231.694

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	456.240	494.052
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	55.413	71.133
Recompra de debêntures 2ª e 5ª emissão 2ª série	(100.000)	(34.646)
Compra Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª série	(8.255)	-
Pagamento de principal	(40.306)	(5.544)
Pagamento de juros	(61.402)	(68.755)
Saldos finais - 2016 e 2015	301.690	456.240
Circulante	69.996	60.630
Não circulante	231.694	395.610

Resgates:

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 a Companhia efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000 de principal e de R\$3.800 de juros, totalizando R\$103.800.

. Em 08 de setembro de 2016 a Companhia efetuou uma recompra de 860 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 8.255.

. Em 07 de maio de 2015, a Companhia resgatou e cancelou a totalidade das debêntures de sua 2ª emissão no montante de R\$34.646.

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
Debêntures 5ª Emissão	762	762	261	1.785
Total	762	762	261	1.785

20. Financiamento por arrendamento mercantil

Operações	Total	
	2016	2015
CESSNA FINANCE (1) e (2)	33.622	46.744
Total - em moeda Estrangeira	33.622	46.744
Circulante	5.778	9.471
Não Circulante	27.844	37.273

(1) Contratos com incidência de Caução no montante de R\$10.079 (R\$12.000 em 2015), contabilizado na rubrica Cauções e Depósitos Vinculados.

(2) Inclui variação cambial.

A Companhia possui aeronave no montante de R\$2.627 (R\$8.079 em 2015), líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, que possui cláusulas de opção de compra, com prazo de duração de 10 anos e taxas de juros conforme abaixo:

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2016:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	USD	6,75%	-10,76%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2015), como despesa de depreciação e de R\$3.066 (R\$3.275 em 2015) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$33.622 (R\$46.744 em 2015), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2016, os contratos classificados no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2016
2018	10.125
2019	10.125
2020	7.594
Total	27.844

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	46.744	35.925
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(4.452)	19.653
Pagamento de principal	(5.604)	(5.559)
Pagamento de juros	(3.066)	(3.275)
Saldos finais - 2016 e 2015	33.622	46.744
Circulante	5.778	9.471
Não circulante	27.844	37.273

21. Tributos e Contribuições Sociais

21.1 Impostos e contribuições sociais correntes

	2016	2015
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	95.220	97.817
Encargos sociais	7.239	5.529
CSLL	2.594	-
Contribuições ao PIS e a COFINS	25.494	37.008
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	523	1.072
Outros	4.017	3.905
Total	135.087	145.331
Circulante	105.553	142.043
Não Circulante	29.534	3.288

21.2 Parcelamentos de impostos

	2016	2015
ICMS (1)	-	2.897
ICMS (2)	496	-
Total	496	2.897
Circulante	284	2.897
Não Circulante	212	-
Total Geral - Circulante	105.837	144.940
Total Geral - Não Circulante	29.746	3.288

- (1) A Companhia consolidou, em setembro de 2013, junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento de ICMS sobre a demanda contratada de energia elétrica, conforme Processo 597481-2013 em 36 parcelas mensais e consecutivas. Em 31 de dezembro de 2016, foi totalmente liquidado.
- (2) A Companhia consolidou, em outubro de 2016, junto a Secretaria de Fazenda - SEFAZ, parcelamento referente a débitos de ICMS, conforme Processo 5173892-2016 em 24 parcelas mensais e consecutivas.

Segue a movimentação dos parcelamentos:

ICMS	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	2.897	5.899
Constituição	519	
Juros	100	720
Amortização	(3.020)	(3.722)
Saldos finais - 2016 e 2015	<u>496</u>	<u>2.897</u>

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	11.605	128.956	21.591	162.152	208.980
Provisão contingências	5.150	57.633	587	63.370	91.449
Reversões de provisões	(5.279)	(41.394)	(24.343)	(71.016)	(104.423)
Pagamentos realizados	(2.794)	(33.085)	-	(35.879)	(48.667)
Atualização monetária	(1.622)	8.178	2.823	9.379	14.813
Saldos finais - 2016 e 2015	<u>7.060</u>	<u>120.288</u>	<u>658</u>	<u>128.006</u>	<u>162.152</u>
Depósitos judiciais				(5.632)	(3.086)

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto discussões sobre recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, em sua grande maioria relacionada a ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia, reclamando verbas rescisórias, FGTS e demais verbas contratuais/legais, com pedido de responsabilidade subsidiária/solidária da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram constituídas cerca de R\$5.150 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações; incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual; pagamentos da ordem de R\$2.794, e reversão de provisões de R\$5.279.

Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram incrementadas mais R\$57.633, relacionadas a novas ações no valor de R\$39.671, ao agravamento do risco em ações existentes com o aumento de R\$13.259, em decorrência da movimentação processual em discussões envolvendo as matérias citadas, além de provisão para riscos relacionados a processos de incorporação de rede no valor de R\$4.703. A Companhia, no entanto, realizou liquidações da ordem de R\$33.085, e por consequência reverteu provisões de R\$41.394. Estes arquivamentos de processos estão basicamente relacionados as ações envolvendo a revisão e/ou cancelamento de faturas, danos elétricos e suspensão de fornecimento, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por pagamento de condenação ou acordo.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi contabilizada reversão de R\$24.343 devido principalmente ao pagamento de 2 processos fiscais de ICMS/Demanda, onde havia provisão de R\$24.064 e atualização monetária de R\$2.823, registrados em outras despesas financeiras da demonstração do resultado do exercício.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$1.419.363 (R\$769.593 em 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

O aumento de R\$614.921 refere-se, basicamente, a alteração de prognósticos, propositura de novos processos e atualização monetária, conforme será detalhado adiante por natureza.

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$42.172 (R\$28.649 em 2015) têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

O aumento de R\$13.523 refere-se basicamente a propositura de novas ações no montante de R\$27.572, relacionadas às matérias citadas e encerramento de ações no montante de R\$10.664, alteração de prognóstico, além da atualização monetária.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, cujo montante é de R\$255.988 (R\$166.520 em 2015), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo administrativo.

O aumento de R\$89.468 refere-se basicamente ao ingresso de novas ações em montantes de R\$56.432; encerramento de ações no montante de R\$21.035; e alteração de prognóstico no montante de R\$41.477, além da atualização monetária.

Principais processos:

. Ação de indenização, no montante de R\$65.994 (R\$61.454 em 2015), com o objetivo de obter indenização por danos materiais e morais, relacionada à rescisão de contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização, no montante de R\$37.398 (R\$34.825 em 2015), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

Fiscais

As ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$1.121.203 (R\$574.424 em 2015), referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota de ICMS; e (iv) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário dos municípios, entre outros.

O aumento de R\$511.930 refere-se basicamente ao ingresso de novas ações no montante total de R\$285.612, relativas, especialmente a ICMS/transferência de crédito e ICMS creditamento/DIFAL; alteração de prognóstico no montante de R\$169.576; encerramento de processos no montante de R\$47.197, além da atualização monetária.

Principais processos:

Em 31 de dezembro de 2016, os processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") montavam R\$622.848 (R\$396.880 em 2015), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. A diferença acentuada entre os dois exercícios decorre do fato de que em dez/2015, dois dos cinco autos de infração se encontravam prognosticados como de perda remota, porque haviam sido indicados à compensação no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa), o que posteriormente resultou em indeferimento, voltando referidos autos, ao prognóstico possível.

. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual 10.433/2016 e Decreto 780/2016).

. Destaca-se, a autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$230.237, invalidando transferência de créditos adquiridos pela Companhia, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alega-se: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por apropriação de crédito fiscal em montante supostamente superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento da transferência, ao convênio ICMS 85/2011, contra o que a Companhia defende-se no respaldo legal havido para a operação.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos e as provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

. Destaca-se também os processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente, dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$ 55.247 e um processo administrativo no valor de R\$ 61.128; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar n° 87/96, a Lei Estadual n° 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI n° 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

Uso de Estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável que possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios.

23. Encargos setoriais e Incorporação de Redes

23.1 Taxas Regulamentares

	2016	2015
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	45.993	51.708
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	88.983	100.015
Total	134.976	151.723
Circulante	51.243	17.751
Não circulante	83.733	133.972

Em 12 de agosto de 2014, o parcelamento dos débitos em atraso da RGR e CDE foi consolidado em 60 parcelas, com aplicação da taxa Selic, sendo nas 24 primeiras, amortizado apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais, será amortizado o principal. Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas com incidência da variação mensal da taxa de juros Selic.

Segue a movimentação no exercício:

Movimentação	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014		
Parcelamento RGR, CDE, CCC e PROINFA	151.723	273.747
Juros	19.647	21.571
Amortização	(36.394)	(143.595)
Saldo final - 2016 e 2015	134.976	151.723

23.2 Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, nº 11.465 e nº 12.212, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 20 de janeiro de 2010, respectivamente.

	2016	2015
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	34.875	52.572
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	970	1.031
Ministério de Minas e Energia - MME	485	515
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	44.872	45.257
Programa de Eficiência Energética - PEE/Procel	86.655	77.611
Total	167.857	176.986
Circulante	88.037	91.143
Não Circulante	79.820	85.843

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008, nº 316, de 13 de maio de 2008, nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL, de 28 de dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os

itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Total dos encargos setoriais (taxas regulamentares e obrigação do PEE)	2016	2015
Circulante	139.280	108.894
Não Circulante	163.553	219.815

23.3 Incorporação de Redes

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica em áreas rurais em Mato Grosso foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1993, publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2015.

As incorporações de redes particulares em 31 de dezembro de 2016 montam em R\$277.618 (R\$256.362 em 2015), dos quais R\$199.000 estão classificados como circulante (R\$71.200 em 2015) e R\$78.618 (R\$185.162 em 2015), no não circulante.

O aumento do valor a ser pago aos consumidores ocorreu em função do aumento de novos projetos a incorporar além da atualização dos saldos já constituídos.

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	256.362	252.596
Adições no exercício	42.267	33.111
Atualização monetária	46.359	33.914
Baixas no exercício (*)	(67.370)	(63.259)
Saldos em 2016 e 2015	277.618	256.362
Circulante	199.000	71.200
Não circulante	78.618	185.162

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram pagos R\$67.370 (R\$47.551 em 2015 e R\$15.708 de processos indeferidos).

24. Outras contas a pagar

	2016	2015
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	12.201	12.201
Auto de infração	3.475	6.506
Adiantamento de consumidores	3.888	2.477
Encargos tarifários	3.620	3.622
Participações empregados e administradores	8.693	1.445
Arrecadação de terceiros a repassar	691	637
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	1.446	1.702
Folha de pagamento	1.239	6.503
Outros credores	9.123	7.470
Total	44.376	42.563
Circulante	29.569	26.884
Não circulante	14.807	15.679

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$1.469.786 (R\$1.118.910 em 2015), representado por 73.478 mil ações ordinárias (58.782 mil em 2015) e 139.433 mil ações preferenciais (111.546 mil em 2015), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

- (i) sem direito a voto;
- (ii) prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;
- (iii) prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;
- (iv) direito de participar - depois de atribuído às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso "III" supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia.

O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de setembro de 2016 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$350.877, mediante a emissão de 42.582.129 novas ações ordinárias sem valor nominal, sendo 14.695.622 ações ordinárias e 27.886.507 ações preferenciais, pelo preço de R\$8,24 por ação, e quando integralizado, o capital social passaria a ser de R\$1.469.786 dividido em 212.910.646 ações, todas nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo 73.478.111 ações ordinárias e 139.432.535 ações preferenciais.

Foi concedido aos acionistas o prazo de 30 dias do direito de preferência para subscrição das ações na data de 27 de setembro de 2016 e a proporção do direito em 25% de novas ações para cada 100 ações possuídas. Caso houvesse sobras após o termo do prazo do direito de preferência, a Companhia poderia promover um ou mais rateios de eventuais sobras, conforme necessário para que houvesse subscrição e integralização do valor total do aumento de capital.

O mesmo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de novembro de 2016, após o encerramento do período de subscrição e integralização das ações objeto do Aumento de Capital, incluindo os períodos de subscrição de sobras, conforme Aviso aos Acionistas, divulgado no dia 10 de novembro de 2016, aprovou o Aumento do Capital no montante de R\$350.877, tendo sido totalmente subscrito e integralizado.

Desse modo, o capital social da Companhia passa a ser R\$1.469.786, dividido em 212.910.646 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 73.478.111 ações ordinárias e 139.432.535 ações preferenciais.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 450.000 mil ações, sendo até 150.000 mil em ações ordinárias e até 300.000 mil em ações preferenciais.

25.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

25.3. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, o montante de R\$62.083 (R\$44.314 em 2015) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

25.4. Reserva de lucros - reserva de incentivos fiscais

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2014 a 2023, Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA - Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apurou R\$36.768 (R\$8.015 em 2015) de redução de imposto de renda e adicionais.

25.5. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013 aprovou o Plano de Recuperação da Distribuidora, tendo, dentre outros, estabelecido a limitação de distribuição de dividendos em 25%. Caso a Companhia pretenda distribuir dividendos acima do mínimo exigido pela legislação deve solicitar anuência prévia a ANEEL.

Abaixo estão demonstradas as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Movimentação	2016	2015
Dividendos:		
Saldo inicial - 2015 e 2014	357	17.169
Dividendos propostos no exercício	20.694	14.771
Dividendos pagos	(243)	(31.583)
Saldo final - 2016 e 2015	20.808	357

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	120.189	45.246
Reserva legal (5%)	(6.009)	(2.262)
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	13.380	16.101
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(44.783)	-
Lucro líquido ajustado	82.777	59.085
Dividendos obrigatórios (25%) - R\$0,0972 por ação	20.694	14.771
Dividendos antecipados pagos:		
. Em agosto de 2015 - R\$129,84 por ação	-	14.528
Dividendos obrigatórios complementares - (pago em 17 de junho de 2016 a razão de R\$0,00142767085 por ação)	-	243
Total dos dividendos	20.694	14.771
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

Em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovada a distribuição dos dividendos no montante de R\$14.771, correspondente a R\$0,086723 por ação ordinária e preferencial, já tendo sido antecipados e quitados em 07 de agosto de 2015 o valor de R\$14.528 (R\$0,085295 por ação). O dividendo complementar, no montante de R\$243 (R\$0,00142767085 por ação), foi quitado em 27 de junho de 2016, com base na posição acionária na data referida Assembleia.

25.6. Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014	(3.969)	(6.024)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(9.679)	3.114
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	3.291	(1.059)
Saldo final - 2016 e 2015	(10.357)	(3.969)

26. Receita operacional

	2016			2015		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.030.974	2.593.861	1.715.713	999.611	2.567.797	1.668.216
Industrial	20.600	735.199	501.769	22.747	892.423	718.763
Comercial	93.472	1.508.456	1.082.519	94.553	1.602.306	1.125.507
Rural	168.439	1.032.078	491.409	165.532	984.115	472.166
Poder Público	11.993	362.569	236.630	11.803	365.365	231.390
Iluminação Pública	873	322.598	95.658	843	327.272	101.517
Serviço Público	1.273	190.049	112.989	1.248	183.485	105.059
Consumo Próprio	314	10.382	-	302	10.406	-
Subtotal	1.327.938	6.755.192	4.236.687	1.296.639	6.933.169	4.422.618
Suprimento	-	434.091	57.883	-	482.240	220.890
Fornecimento não Faturado Líquido	-	(26.929)	(12.619)	-	17.547	29.054
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	168	-	369.376	95	-	206.204
Receita de Construção (1)	-	-	593.267	-	-	522.181
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(13.410)	-	-	(5.256)
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(25.905)	-	-	(10.772)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(216.230)	-	-	117.415
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	254.152	-	-	231.953
Ativo financeiro indenizável da Concessão	-	-	47.676	-	-	81.018
Outras receitas operacionais	-	-	30.923	-	-	28.514
Total - receita operacional bruta	1.328.106	7.162.354	5.321.800	1.296.734	7.432.956	5.843.819
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	1.089.499	-	-	1.078.798
PIS	-	-	77.620	-	-	85.947
COFINS	-	-	357.523	-	-	395.875
ISS	-	-	351	-	-	420
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	8.284	-	-	161.273
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	13.451	-	-	14.806
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	426.581	-	-	523.806
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	13.451	-	-	14.806
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSFEE	-	-	3.972	-	-	3.666
Total - deduções da receita operacional	-	-	1.990.732	-	-	2.279.397
Total - receita operacional líquida	1.328.106	7.162.354	3.331.068	1.296.734	7.432.956	3.564.422

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2016 e 2015 de acordo com o OCPC 08.
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$68.680 (R\$312.543 em 2015), tendo sido repassados a CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias o montante de R\$8.284(R\$161.273 em 2015). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2016 foi de R\$60.396 (R\$151.270 em 2015).

Para os meses de janeiro a novembro de 2016 e 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(13)	(7.735)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(7)	(15.006)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	-	(23.397)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	-	(30.482)
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(78)	(29.516)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	(96)	(27.390)
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(60)	(18.708)
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(47)	(21.058)
Setembro	Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016 (Nº 3607 de 29 de outubro de 2015)	(27)	(9.194)
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº 3887 de 01 de dezembro de 2015)	(13)	23.284
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016 (Nº 007 de 05 de janeiro de 2016)	(4.523)	(645)
Dezembro	Valor de 2016 foi estimado, enquanto o de 2015 foi homologado pelo Despacho Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	(3.420)	(1.426)
Total		(8.284)	(161.273)

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	1.598.949	-	-	-	1.598.949	1.903.037
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	170.453	-	-	-	170.453	215.207
Pessoal e administradores	-	157.839	-	30.639	188.478	149.738
Entidade de previdência privada	-	3.037	-	1.327	4.364	5.255
Material	-	28.321	-	4.667	32.988	44.764
Serviço de terceiros	-	144.941	-	64.306	209.247	246.201
Depreciação e amortização	-	123.245	-	17.920	141.165	118.601
Provisão e (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-	(35.524)	-	-	(35.524)	60.314
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	5.630	-	(49.155)	(43.525)	(61.641)
Custo de construção	-	-	593.267	-	593.267	522.181
Outros (1)	-	(2.588)	-	61.347	58.759	75.321
Total	1.769.402	424.901	593.267	131.051	2.918.621	3.278.978

(1) O custo de operação Inclui o valor de R\$12.567 (R\$17.525 em 2015) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

Energia elétrica comprada para revenda

	2016		2015	
	MWh (4)	R\$	MWh (4)	R\$
Energia de Itaipú - Binacional	1.329.286	255.788	1.379.488	418.503
Energia de leilão	2.310.076	506.931	2.298.617	622.836
Energia bilateral	3.374.162	674.315	3.608.697	770.020
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	240.424	48.459	246.168	44.682
Energia de curto prazo - CCEE (2)	21.836	127.547	282.939	160.087
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.287.227	80.867	939.539	33.984
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	170.243	64.982	160.053	45.230
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	(8.124)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	(159.940)	-	(184.181)
Total	8.733.254	1.598.949	8.915.501	1.903.037

- (1) Através do Decreto Presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$8.124.

Os valores referentes aos despachos de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

- (2) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.
- (3) Contempla valor da REN 1585/2013.
- (4) Não auditado pelos auditores independentes.

Uso de Estimativa: As operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

28. Outros resultados

	2016	2015
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	23.093	4.087
Outras receitas	2.413	4.807
	25.506	8.894
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(27.935)	(19.917)
Constituição de provisão - carta de crédito	(19.924)	-
Parc. REFIS Lei 10.433/2016	(12.131)	-
Outras despesas	(5.773)	(527)
	(65.763)	(20.444)
Total	(40.257)	(11.550)

29. Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	47.427	51.032
Varição monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	78.170	54.679
Juros ativos	7.389	3.500
Ajuste a valor presente	1.610	13.174
Juros ativos financeiro setorial	18.962	16.684
Outras receitas financeiras	20.114	12.013
Total das receitas financeiras	173.672	151.082
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(190.949)	(146.027)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(58.571)	(78.685)
Juros e multas	(1.760)	(25.889)
Marcação a mercado de dívidas	(298)	299
Marcação a mercado de derivativos	276	(394)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.237)	7.104
Ajuste a valor presente	(44.930)	(17.476)
Atualização projetos PEE - P&D	(11.874)	(10.977)
Juros de incorporação de redes	(46.359)	(33.914)
Atualização de contingência	(9.379)	(14.813)
Juros passivos financeiro setorial	(26.548)	(9.735)
Outras despesas financeiras	(36.942)	(24.790)
Total das despesas financeiras	(430.571)	(355.297)
Resultado financeiro	(256.899)	(204.215)

30. Lucro por ação

Cálculo de lucro por ação (em milhares de reais, exceto o valor por ação):

	Exercícios findos em:	
	2016	2015
Lucro líquido básico por ação:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	81.260	30.591
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	38.929	14.655
	120.189	45.246
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	116.194	111.546
Média ponderada de número de ações ordinárias	61.232	58.782
	177.426	170.328
Lucro líquido básico por ação: (*)		
Ação preferencial	0,6993	0,2742
Ação ordinária	0,6358	0,2493

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2016	2015
Vida em Grupo e acidentes pessoais (*)	31/12/2017	100.332	281	280
Riscos Operacionais	07/11/2017	58.000	768	508
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	777	827
Frota- Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros.	23/10/2017	Ate 360/veículos	245	281
Aeronáutico - Casco/LUC	30/11/2017	207.826	65	103
Aeronáutico - Responsabilidade Civil (RETA)	30/11/2017	991	4	5
Transporte Nacional (**)	30/01/2017	2.000/transporte	77	77
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	125	152
			2.342	2.233

(*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/16.

(**) A apólice de seguro foi renovada para o vencimento de janeiro de 2018.

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão/exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Frota

A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e cesta básica.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	173.495	173.495	192.754	192.754
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	370.002	370.002	139.054	139.054
Consumidores e concessionárias	2	672.853	672.853	600.369	600.369
Títulos de crédito a receber	2	23.343	23.343	16.359	16.359
Conta a receber da concessão	3	1.327.640	1.327.640	1.074.263	1.074.263
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.454	1.454	8.002	8.002
Ativo financeiro setorial	3	179.084	179.084	259.578	259.578

PASSIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	622.222	622.222	740.596	740.596
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e encargos de dívidas	2	1.691.963	1.696.951	1.481.456	1.481.015
Parcelamento de tributos	2	496	496	2.897	2.897
Parcelamento de taxas regulamentares	2	134.976	134.976	151.723	151.723
Incorporação de redes	2	277.618	277.618	256.362	256.362
Passivo financeiro setorial	3	252.887	252.887	109.565	109.565

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$40.090 (R\$87.967 em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e 14.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 2016 e 2015, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse, a 5ª emissão de debêntures, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a

preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$298, positivo de R\$299 em 2015 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A partir da entrada da Energisa como acionista controladora da Rede Energia, a Diretoria adotou como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2016	2015
Dívida (1)	1.691.693	1.481.456
Caixa e equivalentes de caixa	(173.495)	(192.754)
Dívida líquida	1.518.198	1.288.702
Patrimônio líquido (2)	1.793.609	1.349.626
Índice de endividamento líquido	0,85	0,95

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, 19 e 20.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	13,63%	402.739	58.523	204.832	-	-	666.094
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,21%	199.743	192.436	671.362	416.716	2.173.712	3.653.969
Parcelamento taxas regulamentares	13,65%	44.547	25.121	87.733	-	-	157.401
Total		647.029	276.080	963.927	416.716	2.173.712	4.477.464

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	5.1	173.495	192.754
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	370.002	139.054
Consumidores e concessionárias	6	672.853	600.369
Títulos de crédito a receber	7	23.343	16.359
Ativo financeiro setorial	10	179.084	259.578
Conta a receber da concessão	14	1.327.640	1.074.263
Instrumentos financeiros derivativos	32	1.454	8.002

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos em moeda nacional, parcelamento de impostos e encargos setoriais apresentados na nota explicativa nº 18, 19, 20, 21 e 23 é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com queda de 16,54% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 14,4%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2016 de R\$1.696.772 (R\$1.484.448 em 2015), R\$38.566 (R\$66.889 em 2015) estão representados em dólares.

O empréstimo em dólar tem custo de variação cambial + libor + 1,50% ao ano e possui vencimento de curto prazo, sendo este em maio de 2017.

O balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, apresenta R\$1.454 (R\$5.351 em 2015) no ativo circulante e R\$2.651 em 2015 ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer à reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa do financiamento junto o Bank of America Merrill Lynch, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida no instrumento descrito a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.273	(VC + Libor + 1,50%) x 117,65%	CDI + 1,45%	04/05/2017	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida (Objeto de Hedge) *	16.582	11.745	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(4.944)	(19.844)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	4.956	19.979
Swap Cambial	16.582	11.745	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(3.502)	(11.977)
			Posição Líquida Swap	1.454	8.002
			Posição Líquida Dívida + Swap	(3.490)	(11.842)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados em 2016 e 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(4.956)		(4.981)	(7.547)	(10.682)
Variação Dívida	-		(25)	(2.591)	(5.726)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	4.956		4.981	7.547	10.682
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	25	2.591	5.726
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(3.502)		(3.502)	(3.502)	(3.502)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	1.454		1.479	4.045	7.180
Total Líquido	(3.502)		(3.502)	(3.502)	(3.502)

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 3.502, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$3.502 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00% ao ano e TJLP = 7,50% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	539.491	Alta do CDI	62.365	77.956	93.548
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(3.502)	Alta do CDI	(405)	(506)	(608)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(816.717)	Alta do CDI	(94.413)	(118.016)	(141.620)
	(122.986)	Alta da TJLP	(9.224)	(11.530)	(13.836)
	(245.350)	Alta do SELIC	(28.363)	(35.454)	(42.545)
	(354.119)	Alta do TR	(7.118)	(8.898)	(10.677)
Subtotal (**)	(1.542.674)		(139.523)	(174.404)	(209.286)
Total (Perdas)	(1.003.183)		(77.158)	(96.448)	(115.738)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 (11,56% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,50% ao ano, Selic 11,56% e TR 2,01% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$154.099.

33. Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2016, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$5.230 (R\$3.699 em 2015).

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. É resultado do processo de fusão das seguintes fundações: a) FUNREDE - Fundação Rede de Seguridade; b) FUNGRAPA - Fundação Grão Pará de Previdência e c) PREVIMAT - Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da EMT.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Energisaprev são:

a. Plano de Benefícios CEMAT BD-I:

Instituído em 1/1/1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 1/1/1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/1/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pela Companhia e de forma solidária com as demais patrocinadoras do grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefício CEMAT-OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

A contribuição da patrocinadora durante o exercício de 2016 foi de R\$267 (R\$241 em 2015).

33.1 Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 2016

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2016, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) (IAS 19) - Benefício a empregados, apresentam a seguinte situação:

a. Informações dos participantes:

	Planos de Benefícios		
	CEMAT BD-I	R	CEMAT-OP
Número Participantes	3	2.153	-
Número Assistidos	88	30	165
Número Beneficiários Pensionistas (famílias)	51	24	39
	142	2.207	204

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2016	Avaliação atuarial 2015
Taxa de desconto atuarial	6,10%	7,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	11,94%	13,41%
Taxa de crescimento salarial (*)	8,67%	8,67%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo o CPC33/IAS19. Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

c. Conciliação da posição dos fundos de benefício definido

	CEMAT - BD-I		OP		R		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido								
Saldo no início do exercício	49.627	48.989	76.018	80.506	27.685	29.461	153.330	158.956
Custo do serviço corrente	19	4	-	-	299	313	318	317
Custo do serviço passado		-	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros	6.356	5.575	9.787	9.218	3.592	3.405	19.735	18.198
Benefícios pagos	(5.168)	(4.246)	(7.434)	(6.004)	(2.281)	(1.639)	(14.883)	(11.889)
Ganhos/Perdas atuariais	6.542	(695)	4.726	(7.702)	8.671	(3.855)	19.939	(12.252)
Saldo no final do exercício	57.376	49.627	83.097	76.018	37.966	27.685	178.439	153.330
Valor justo dos ativos do plano								
Saldo no início do exercício	46.570	45.301	82.368	77.363	22.321	25.327	151.259	147.991
Retorno esperado	5.946	5.137	10.639	8.844	2.899	2.914	19.484	16.895
Alteração regulamentar do Plano OP	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(5.168)	(4.246)	(7.434)	(6.004)	(2.281)	(1.639)	(14.883)	(11.889)
Contribuição do empregador	-	-	-	-	2.376	402	2.376	402
Ganhos/Perdas atuariais	1.405	378	8.180	2.165	4.130	(4.683)	13.715	(2.140)
Saldo no final do exercício	48.753	46.570	93.753	82.368	29.445	22.321	171.951	151.259
Posição líquida (a)(b)(c)	(8.623)	(3.057)	10.656	6.350	(8.521)	(5.364)	(6.488)	(2.071)
Exposição Não reconhecida limite do ativo	-	-	10.656	6.350	-	-	10.656	6.350
Exposição reconhecida	(8.623)	(3.057)	-	-	(8.521)	(5.364)	(17.144)	(8.421)

(a) Apurou-se um déficit no Plano CEMAT BD-I de R\$8.623 que foi reconhecido no passivo da patrocinadora;

(b) Apurou-se um superávit no Plano OP de R\$10.656;

(c) Apurou-se um déficit do Plano R de R\$8.521 que refere-se substancialmente a inclusão dos participantes ativos deste plano na avaliação atuarial, na qual adotou-se o método do crédito unitário projetado. Assim, foi reconhecido no passivo da patrocinadora o montante do déficit apurado.

Reconciliação	2016	2015
Posição líquida em 2015	(8.421)	(10.965)
Efeito em ORA	(9.679)	3.114
Contribuição do empregador	2.376	402
Efeito no Resultado do Exercício	(1.420)	(972)
Posição líquida em 2016	(17.144)	(8.421)

Demonstração das despesas para o exercício de 2017, segundo critérios do CPC33/IAS19:

	2017
Custo do serviço corrente (com juros)	394
Juros sobre as obrigações atuariais	20.447
Rendimento esperado dos ativos do plano	(19.741)
Juros sobre o excesso ao valor justo dos ativos	1.272
Total da despesa bruta a ser reconhecida	2.372

Uso de Estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CPC33/IAS19 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido às restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	CEMAT - BD-I		OP		R	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Investimentos:						
Títulos públicos	65,05%	46,13%	72,71%	58,18%	70,21%	62,15%
Créditos privados e depósitos	11,83%	41,90%	9,66%	29,58%	10,06%	8,61%
Ações	1,11%	0,57%	0,97%	0,52%	0,84%	0,53%
Fundos de investimento	21,03%	10,26%	12,36%	6,96%	17,86%	27,62%
Empréstimos e financiamentos	0,95%	1,11%	4,27%	4,72%	0,98%	1,05%
Outros	0,03%	0,03%	0,03%	0,04%	0,05%	0,04%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Plano de saúde

A Companhia patrocina plano de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas com o plano de saúde foram de R\$12.703 (R\$10.586 em 2015).

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2048	1.329.527	1.468.093	1.571.117	1.570.913	1.621.088	19.477.001

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

A Companhia efetuou análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

35. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 10 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia a distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. De acordo com tais contratos, as concessões nas atividades de geração de energia elétrica da Companhia são as seguintes:

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW (*)	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 3 Usinas Termelétricas, são elas: Guariba, Paranorte e Rondolândia.	3,88	1,69	10/12/1997	10/12/2027

(*) Não auditado pelos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

36. Meio Ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado, e quando necessário, o Estudo Fitossociológico. Também apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das linhas de distribuição de alta tensão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, quando necessário, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para utilizar os recursos naturais de forma racionais e sustentáveis e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. A realização de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
6. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
7. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
8. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional seguro e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, substituição de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos em comunidades de baixo poder.
9. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética e em alguns casos quando necessário a apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV e Relatório de Impacto de Vizinhança - RIV.

No exercício de 2016 os montantes investidos nos projetos com impactos ambientais totalizaram R\$881 (R\$1.053 em 2015).

(*) Informações não financeiras não auditadas pelos auditores independentes.

37. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2016	2015
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativo	209.729	118.222
Contas a receber da concessão - Valor justo do ativo indenizável da Concessão	47.676	81.018
Atividades Operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	20.808	37.229
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	42.267	33.111
Atividades de Investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	20.808	37.229
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	42.267	33.111

38. Eventos Subsequentes

Em 23 de janeiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto aos bancos Bradesco e Itaú, no montante de R\$9.865 com condições contratuais conforme nota explicativa 18 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

. Bandeiras tarifárias:

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$1,50 para R\$2,00 a cada 100 kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$4,50 para R\$ 3,50 a cada 100 kWh consumidos.